



Líderes sindicais reúnem-se com Alvaro Dias (C) e Lúcia Vânia para pedir aumento maior para o salário

Representantes do governo (com Humberto Costa ao centro) defenderam projeto diante dos senadores

Plenário aprova urgência e vota hoje novo salário mínimo

Governo entrou com requerimento para que projeto que fixa valor em R\$ 545 não passe antes pela CCJ. Relator Romero Jucá já antecipou que rejeitará todas as emendas para que novo valor passe a valer a partir de 1º de março

O governo obteve ontem a aprovação do regime de urgência para que possa ser votado ainda hoje,

no Plenário, o projeto que fixa em R\$ 545 o salário mínimo. A presidente Dilma Rousseff pediu às lideranças governistas esforço

para a votação sem emendas (o que obrigaria a volta da proposta à Câmara), pois pretende sancionar o projeto ainda este

mês. Emendas da oposição que elevam o valor serão rejeitadas, como adiantou o relator e líder do governo, Romero Jucá. **3**

Medida dificulta fraude contra Previdência

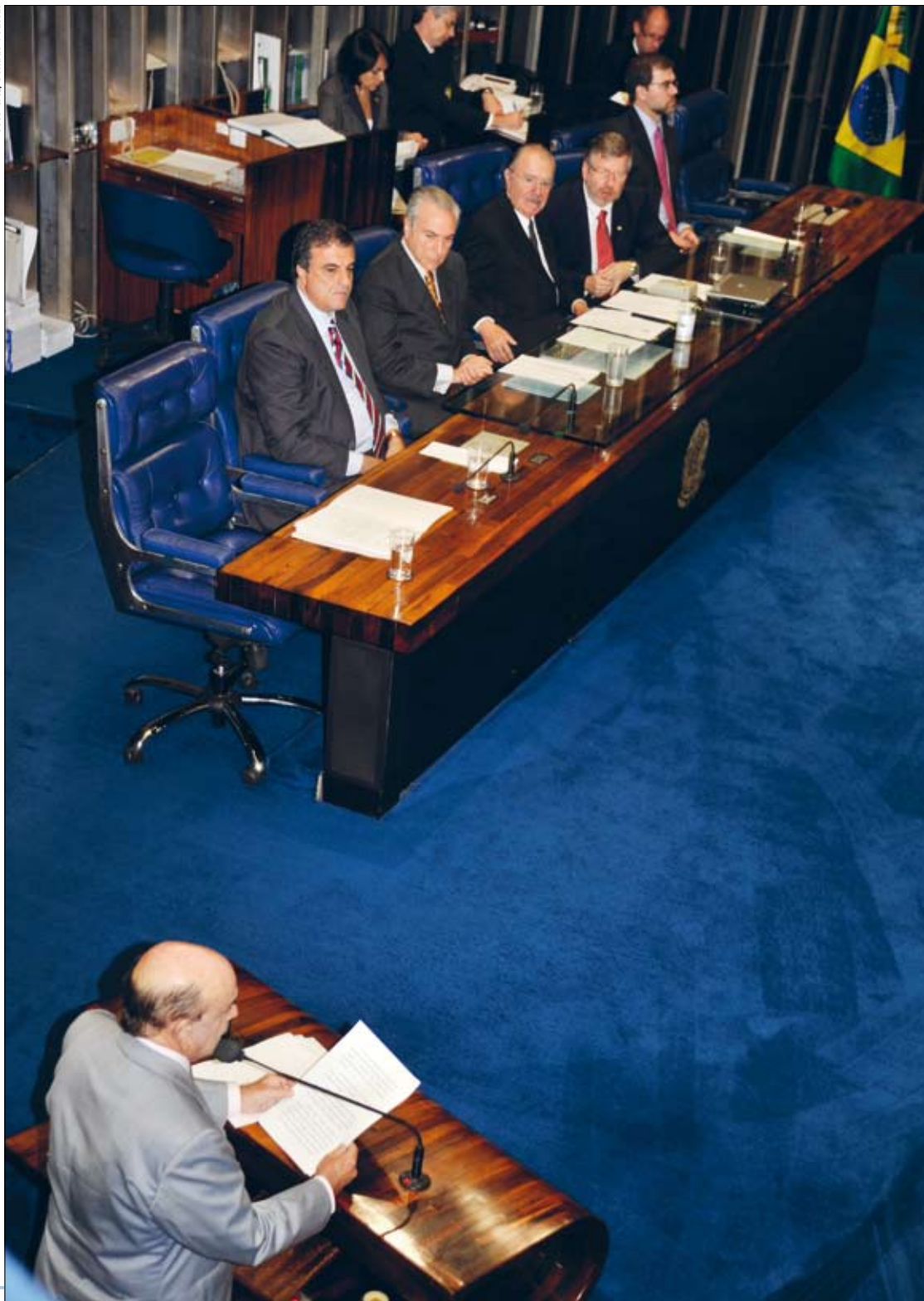
Volta à Câmara projeto que obriga os cartórios a informarem registros de óbito. **2**

Garantia para aplicação da Lei Maria da Penha

Gleisi Hoffmann quer impedir suspensão de processo por crime regido pela lei. **6**

Ministro da Saúde nega retorno da CPMF

Em encontro com José Sarney, Alexandre Padilha ressaltou melhorias na gestão. **8**



Comissão de Reforma Política inicia trabalhos

Foi instalada ontem a comissão especial destinada a elaborar, em 45 dias, uma proposta de reforma política, prioridade anunciada pelo presidente do Senado, José Sarney, já na abertura dos trabalhos legislativos. Participaram o vice-presidente da República, Michel Temer; o presidente da Câmara, Marco Maia; o ministro do STF Dias Toffoli; e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A comissão será dirigida por Francisco Dornelles. **4 e 5**

José Eduardo Cardozo, Temer, Sarney, Marco Maia e Toffoli acompanham discurso de Dornelles durante a reunião de instalação



Entre Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy (D), Sarney preside sessão: emendado pela CCJ, projeto retorna para a Câmara

Senado amplia combate a fraudes previdenciárias

Projeto obriga os cartórios a informarem às secretarias de Segurança Pública sobre os registros de óbito. Falta dessa comunicação facilitava pagamentos indevidos ou ilegais

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 26/08) que obriga os cartórios de registro civil de pessoas naturais (pessoas físicas) a comunicarem às secretarias de segurança pública dos estados e municípios os óbitos registrados.

Apresentado há três anos pelo então deputado Celso Russomanno, o projeto foi aprovado com duas emendas incluídas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto retorna agora à Câmara dos Deputados para análise das alterações feitas no Senado.

De acordo com o autor, muitas ilegalidades deverão ser evitadas com tal providência

do poder público. A relatora da matéria na CCJ, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), assinalou que o projeto vai aperfeiçoar o trabalho estatístico das secretarias de segurança e evitar a ocorrência de fraudes contra a Previdência, impedindo a continuidade de pagamento indevido de aposentadoria e pensões após a morte do beneficiário.

O projeto acrescenta parágrafo único ao artigo 80 da Lei 6.015/73, que trata dos registros públicos. O texto final aprovado estabelece que o oficial de registro civil deverá comunicar o óbito à secretaria de segurança pública da unidade da Federação que tenha emitido o documento de identidade

do morto, salvo se, em razão da causa da morte, essa informação for manifestadamente desnecessária.

As duas emendas da CCJ foram apresentadas, de acordo com Lúcia Vânia, para ajustar a juridicidade da matéria, conservando o objetivo principal do autor. Um desses ajustes retirou do texto original a obrigatoriedade do fornecimento da informação dos óbitos à Receita Federal, mantendo somente as secretarias de segurança.

A relatora justifica que já existe norma jurídica prevendo essa questão após a unificação das receitas previdenciárias e federal, que resultou na criação da Receita Federal do Brasil.

Humberto Costa defende lisura de obras no Planalto

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), defendeu ontem as obras da reforma do Palácio do Planalto, entre 2009 e 2010. Ele respondeu ao líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), o qual havia apresentado na semana passada requerimento com solicitação de auditoria ao Tribunal de Contas da União (TCU) em razão dos "custos exorbitantes" da reforma no Planalto, que, inicialmente orçada em R\$ 88 milhões, teve vários aditivos.

Humberto Costa apresentou um histórico das obras, que faziam parte da comemoração do 50º aniversário de Brasília. Ele garantiu que a reforma foi acompanhada pelo TCU e auditada por parlamentares da oposição, inclusive do PSDB. Todos, afirmou, reconheceram a lisura das obras e aprovaram a inclusão de recursos orçamentários para sua realização.

Ferraço pede homenagem à Folha de S. Paulo

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) solicitou ontem a realização de uma sessão especial em homenagem ao jornal *Folha de S. Paulo*, que completou 90 anos. Segundo o senador, foram 90 anos de história e de êxito em que o jornal teve participação inquestionável na consolidação da democracia brasileira, com um posicionamento marcado pela firmeza e pela crítica independente.

– É um jornal que questiona, que faz pensar e refletir, que tem sido, ao longo do seu exercício, fiel ao pluralismo e ao apartidarismo, dois dos principais pilares do Projeto Folha, conduzido com muito sucesso pelo seu diretor de redação Otavio Frias Filho. Também devo saudar aqui



Senador ressalta importância do jornal para a democracia brasileira

o papel revolucionário da *Folha*, que mudou a forma de fazer jornalismo no Brasil e foi pioneira na integração das plataformas impressa e on-line – afirmou.

O senador também requereu voto de pesar pelo falecimento do cônego Maurício de Mattos Pereira, que desenvolveu trabalho pastoral como vigário-geral da Arquidiocese de Vitória.

Jarbas quer amplo debate sobre o mínimo

O requerimento de urgência para votação do projeto do salário mínimo teve como objetivo impedir o livre debate sobre o tema. A afirmação foi feita pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que apontou a existência de uma manobra "para atender a interesses subalternos do governo".

O senador lembrou que a Câmara dos Deputados debateu o assunto "exaustivamente" na semana passada. Já o regimento do Senado, explicou Jarbas Vasconcelos, prevê que a discussão de matéria que tramita em regime de urgência somente será feita por dez senadores: cinco a favor e cinco contra.

– Vou querer falar, mas não vou poder porque não tenho a anuência do meu partido. O meu partido vota com o governo, eu voto contra e não vou poder expressar as razões pelas quais votarei contra a proposta governamental.



Para Itamar, artigo usado não se aplica ao pedido de urgência

Itamar questiona a aprovação de urgência

Na condição de líder partidário, o senador Itamar Franco (PPS-MG) questionou ontem o encaminhamento dado ao requerimento de urgência feito pelo líder do Governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Ao ler o requerimento, o presidente José Sarney se referiu ao artigo 304 do Regimento Interno do Senado, como justificativa para o pedido de urgência para a votação do projeto de lei (PLC 1/11) que reajusta o salário mínimo.

Itamar considerou que o artigo 304 não justifica o pedido de urgência e contrapôs os artigos 345, inciso II, e 412, inciso III, este último determinando a "impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade, mediante voto nominal, resguardado o quorum mínimo de 3/5 dos votos dos membros da Casa".



Senador critica requerimento de urgência do governo para o projeto

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Mudança de contratos das empresas

14h Na pauta da sessão deliberativa, votação do projeto de lei (PLC 1/11) que aumenta o valor do salário mínimo e trata da sua política de valorização de longo prazo.

Presidência Visita do ministro do STF Luiz Fux

11h30 O presidente do Senado, José Sarney, participa de reunião do PMDB; às 11h30, recebe o ministro do STF Luiz Fux; às 11h45, o procurador-geral do Ministério Público do Pará, Geraldo de Mendonça Rocha; às 12h, o diplomata Fernando Igreja; e às 12h30, o diretor-geral da ANP, Haroldo Borges Rodrigues Lima, acompanhado de Allan Kardec Duailibe. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRE Eleição de presidente e vice

9h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se reúne para eleger o presidente e vice-presidente.

CRA Definição dos nomes é hoje

9h30 Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para eleição do presidente e vice-presidente do colegiado.

CCJ Indenizações para anistiados políticos

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que muda o cálculo das indenizações aos anistiados políticos. Também vota projeto que cria 500 cargos de médico perito para o INSS. Outro projeto em pauta obriga as empresas concessionárias da distribuição de energia elétrica a instalar, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.

CAE Sabatina com indicados ao BC

10h Eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida, sabatina de Sidnei Corrêa Marques e Altamir Lopes, indicados para a diretoria do Banco Central.

Diploma Conselho escolhe dirigentes

10h O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz elege o presidente e o vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Sarney exalta debate na internet

O presidente do Senado, José Sarney, destacou ontem que a participação popular por meio da internet contribuiu para o debate do salário mínimo, que será votado hoje pela Casa. O senador registrou que tem

acompanhado com muito interesse a discussão que se formou na internet sobre o tema. – Com a internet é possível que a população participe, que tenha uma interação maior na discussão dos problemas que es-

tão aqui, o que é uma novidade no nosso país – disse Sarney, que comentou, no *Blog do Senado*, a mobilização de internautas a respeito do reajuste. De acordo com Sarney, as divergências quanto ao valor

do salário fazem parte do trabalho do Legislativo e serão resolvidas pelos partidos hoje, quando também será votada a possibilidade de fixar por decreto os valores vigentes entre os anos de 2012 e 2015.

Senado vota hoje reajuste do salário mínimo

Depois de ouvirem apelo da presidente Dilma Rousseff por aprovação rápida, governistas aprovam dispensa da tramitação do projeto na CCJ

O GOVERNO DA presidente da República, Dilma Rousseff, enfrentará nesta tarde seu primeiro teste no Senado: a votação do projeto de lei (PLC 1/11) que fixa em R\$ 545 o salário mínimo para 2011 e cria uma regra de reajuste anual até 2015.

A expectativa dos governistas, e até da oposição, é que a matéria passará sem dificuldade, assim como ocorreu semana passada na Câmara dos Deputados. Com a aprovação ontem de requerimento de urgência apresentado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que tirou a matéria da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a levou direto para o Plenário, o objetivo é permitir a sanção do projeto ainda em fevereiro para a lei vigorar em 1º de março. Além disso, Jucá já anunciou que rejeitará todas as emendas apresentadas pela oposição.

O líder do PT e do bloco de apoio ao governo, senador Humberto Costa (PE), disse esperar que tanto o bloco quanto outros partidos que apoiam o governo votem unidos em favor da proposta, que foi defendida ontem no Senado pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e pelo ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio.

Humberto Costa ressaltou “os ganhos de longo prazo assegurados na política de recuperação do salário mínimo” para compensar o reajuste mais baixo de 2011. Ele contabiliza 54 votos favoráveis aos R\$ 545 – incluído o do senador Paulo Paim (PT-RS), que tem defendi-

do valor maior. Como o bloco de apoio tem 30 senadores, os votos restantes deverão vir de partidos que fazem parte da coalizão, mas não estão num bloco específico, como o PMDB, com 20 senadores.

– O governo tem maioria esmagadora. Certamente seremos derrotados, mas manteremos nossa posição – afirmou o líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR).

Além de propor emenda estipulando o piso salarial em R\$ 600, Alvaro Dias quer impedir que o reajuste até 2015 se dê por decreto presidencial, como prevê o projeto do governo, de acordo com a fórmula da variação da inflação do ano anterior somada à do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

O senador Jorge Viana (PT-AC) rebateu o argumento observando que o país não pode trocar uma política concreta, com diretrizes estabelecidas e com ganho real para o salário mínimo, pela ausência de regras e a rediscussão do assunto a cada ano.

As outras duas emendas são do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP): R\$ 700 para este ano e o reajuste escalonado até 2015 de até 100% desse valor, baseado em cálculo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Por solicitação das centrais sindicais, o PSDB apresentará emenda para garantir reajuste aos aposentados que ganham acima do salário mínimo e excluir artigo que considera tratar de matéria tributária e, então, não poderia estar no projeto.



Ministro Luiz Sérgio (E), das Relações Institucionais, e secretário executivo da Fazenda, Nelson Barbosa (D), falaram sobre o mínimo ontem a senadores como Humberto Costa e Paulo Paim

Jonas Pereira/Senado Federal

Alvaro Dias: mínimo por decreto é inconstitucional

O PSDB vai trabalhar para derrubar o artigo 3º do PLC 1/11, que transfere ao Executivo a prerrogativa de estabelecer as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo a vigorar entre 2012 e 2015, inclusive as que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro deste ano. Se o partido for derrotado, ingressará no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade questionando esse quesito da proposta do governo.

O anúncio foi feito ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Por solicitação das centrais sindicais, o partido também apresentará emenda segundo a qual os aposentados que ganham acima do salário mínimo receberão reajuste equivalente a 80% da variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos atrás, mais a inflação do ano anterior. A mesma política de valorização já é prevista para os trabalhadores da ativa, mas estes terão reajuste de 100% da variação do PIB.

O PSDB também apresentará emenda para que o valor do salário mínimo seja R\$ 600.

Resultado da votação já é conhecido, afirma Paim

Após conversar com representantes de centrais sindicais, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que vai negociar até o último minuto para que o salário mínimo tenha o maior valor possível. Mas deixou claro ter poucas esperanças de que o novo piso tenha um valor maior do que os R\$ 545 propostos pelo Executivo.

Paim não quis responder se votará contra ou a favor da proposta do governo, mas disse que a política de valorização de longo prazo do salário mínimo – obtida em negociações entre as centrais sindicais, o Congresso Nacional e o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva – é a melhor já feita na história do país.

Pela manhã, os integrantes do bloco de apoio ao governo se reuniram para tratar da votação do piso salarial. De acordo com o líder do bloco e do PT, senador Humberto Costa (PE), houve um reconhecimento da bancada do importante papel desempenhado por Paulo Paim na negociação que culminou na atual política de recomposição do valor do salário mínimo.



Aloysio Nunes Ferreira

Aloysio Nunes diz que reajuste revela arrocho salarial

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o governo está querendo colocar “um jabuti na árvore” com o projeto do salário mínimo, excluindo o Parlamento da decisão sobre um dos parâmetros mais importantes da política econômica.

Todas as medidas de corte de despesas anunciadas pelo Executivo são, de acordo com o senador, “mero prelúdio para uma medida dura – esta, realmente, dura: o arrocho do salário mínimo”.

Requião aponta contradição no governo e oposição

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou tanto a proposta do governo para o novo salário mínimo quanto as que vêm sendo defendidas pela oposição. “A minha perplexidade em relação à postura do PSDB é muito grande porque o partido tem cinco administrações estaduais e, dessas, apenas duas, Rio Grande do Sul e São Paulo, utilizaram o direito de estabelecer salário mínimo regional e fixaram valor, me perdoem a franqueza, absolutamente ridículo”, disse o senador.



Roberto Requião



Lindbergh Farias

Lindbergh: oposição quer acabar com ganhos reais

Ao recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivo do projeto que reajusta o salário mínimo, a oposição pretende, na verdade, acabar com a política de reajuste com ganhos reais, afirmou ontem o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

– O projeto de lei do governo fixa em lei até 2015 os critérios do reajuste do salário mínimo. O papel do decreto simplesmente é transformar em números o que está estabelecido nessa lei – argumentou Lindbergh.

Proposta é golpe contra o Congresso, afirma Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que o projeto do salário mínimo tem embutido em seu texto um atentado contra a democracia brasileira. Para ele, a matéria retira do Congresso Nacional a prerrogativa constitucional de definir os reajustes do salário mínimo anualmente, ao instituir que os próximos valores do mínimo serão definidos por decreto até 2015. O senador afirmou que isso caracteriza um golpe contra a independência do Congresso.



Mário Couto



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro vê caráter “chavista” no governo Dilma

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que hoje o Brasil vai saber quem defende o trabalhador, quem é contra e quem se submete à “vontade chavista” do governo. Referindo-se à regra no projeto segundo a qual o Executivo poderá decidir o valor por decreto, ele disse que, se o Congresso aceitar essa primeira investida do governo, vai correr o risco de ver o Brasil se transformar numa Venezuela, com o fechamento, “por falta do que fazer”, do Senado e da Câmara dos Deputados.

Michel Temer sugere que reformulação seja "enxuta"

O vice-presidente da República, Michel Temer, defendeu uma reforma "enxuta", que não exija regulamentação para ser aplicada. Ele contou que, em sua experiência na Câmara dos Deputados, percebeu que a reforma política não tramitava em razão da amplitude de temas abordados.

Mas não foi apenas esta a razão por que mudanças no sistema político-eleitoral foram sempre discutidas, mas nunca efetivadas, na opinião de Temer.

— A inação também é uma manifestação. Ao longo do tempo, não se conseguiu efetivar uma modificação do sistema político eleitoral. Isso significou que o Congresso, naquele momento,

não quis modificar o sistema vigente — disse.

Temer ressaltou que se a reforma mais uma vez não acontecer é porque essa é a vontade dos parlamentares.

— Se nada ocorrer, também não vamos nos acusar, nem permitir que nos acusem. Volto a insistir que, se nada ocorrer, é uma decisão do Congresso no sentido de manter o estado das coisas tal como elas se encontram — disse.

O vice-presidente da República lembrou ainda que a reforma política sempre volta à agenda parlamentar depois das eleições. Desta vez, comentou, a diferença está no fato de a sociedade também estar exigindo uma reformulação.

Marco Maia espera proposta à altura do Brasil de hoje

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, disse que o país precisa desenvolver "uma estrutura política condizente com o novo momento econômico e social que estamos vivendo".

— É importante ressaltar os avanços econômicos que tivemos nas últimas décadas e os avanços sociais dos últimos anos — afirmou.

O deputado frisou ainda que conquistas como a maior distribuição de renda e a melhoria das condições de vida da população são "fruto de um acúmulo de propostas e iniciativas de inúmeros presidentes da República".

— E os temas relacionados à política têm de ser abordados com o mesmo compromisso — destacou ele.

Marco Maia declarou ainda que as discussões sobre reforma política "são difíceis, pois implicam um diálogo com interesses locais, regionais e setoriais, sendo necessária, portanto, a construção de acordos". Ao lembrar que a Câmara também instalará uma comissão dedicada ao tema, ele disse que as iniciativas das duas Casas vão contribuir para o entendimento.

— Construir acordos e consensos sobre a reforma é uma das tarefas mais prementes neste início de legislatura — reiterou o deputado, lembrando que diversas propostas sobre o tema tramitam nas duas casas do Congresso.

Mudanças são inadiáveis, assegura ministro da Justiça

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ontem, após a instalação da Comissão de Reforma Política, que a aprovação de mudanças é inadiável. Ele elogiou a iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, de criar a comissão.

— Que a reforma consiga sair do mundo das ideias para ganhar o mundo da realidade — declarou o ministro, que já

foi deputado federal.

Cardozo mencionou o apoio do Poder Executivo à reforma. Para isso, disse, buscará atuar em conjunto, "participando, acompanhando, dialogando e opinando" para fazer as modificações necessárias ao sistema político brasileiro e assim permitir à "democracia brasileira cada vez mais se aprofundar e representar a vontade popular".

Senado dá primeiro passo para reforma política

Com a instalação da Comissão de Reforma Política, ontem, o Senado inicia um processo que poderá resultar em mudanças nas regras para o funcionamento das instituições políticas e das eleições. Prioridade anunciada pelo presidente José Sarney já na abertura dos trabalhos legislativos, o objetivo da reforma política é o de dar maior legitimidade aos parlamentares eleitos. Na cerimônia de instalação da comissão,

também foi destacada a importância da reforma para tornar mais claras as regras que norteiam as eleições, reduzindo a chamada "judicialização da política", que consiste nas batalhas judiciais entre candidatos, responsáveis por seguidos recursos aos tribunais eleitorais e superiores para impugnar candidaturas. Indicado por Sarney para presidir a comissão, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

considerou a reforma política "um processo difícil", que discutirá "temas estratégicos do sistema político brasileiro". O vice-presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara, deputado Marco Maia, se alinharam à preocupação de Sarney no sentido de que a reforma chegue a resultados efetivos. "Precisamos ser práticos", reiterou Marco Maia. Temer lembrou experiência anterior de

reforma política, a qual "não transitou em definitivo devido à vastidão", e defendeu uma "reforma enxuta, de dois, três ou quatro dispositivos". Já o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli disse que a comissão que trabalha no anteprojeto de lei do novo Código Eleitoral, da qual é presidente, acompanhará as diretrizes definidas pela Comissão de Reforma Política do Senado.



Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (E); vice-presidente Michel Temer; presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia; e o ministro do STF José Antonio Dias Toffoli participaram da instalação da Comissão de Reforma Política ontem, no Plenário do Senado

Sarney faz apelo por resultados dentro do prazo

O senador José Sarney cobrou responsabilidade dos parlamentares para atender ao que ele considera um dos maiores anseios da população de hoje: a reforma política. Ele citou as diferentes interpretações do STF sobre a fidelização partidária desde a promulgação da Constituição, mesmo sem ter havido alteração do texto constitucional.

— Não há racionalidade no processo eleitoral, levando-se a uma profunda judicialização da disputa eleitoral, em detrimento, muitas vezes, da vontade do próprio eleitor. E a Justiça Eleitoral existe, única e exclusivamente, para fazer a vontade do eleitor, livre da influência do poder econômico, livre do uso da máquina administrativa — disse Toffoli.

Para ele, a discussão da reforma política deve ser realizada pelo Parlamento. A comissão, observou, deve uniformizar, consolidar e atualizar a legislação. Questões como a manutenção ou não do sistema proporcional, fidelidade partidária e financiamento de campanhas devem constar nas discussões, sugeriu.

— A democracia representativa não é perfeita, mas é o sistema que permite ao povo participar da execução do governo. O Brasil já avançou muito nas áreas econômica e social, mas o mesmo não aconteceu em relação às instituições políticas — lamentou Sarney.

Dornelles relaciona temas que podem ganhar prioridade

O presidente da comissão, senador Francisco Dornelles, afirmou que será feito grande esforço para que os trabalhos do colegiado sejam concluídos dentro do prazo de 45 dias. Ele aproveitou para convocar uma reunião para amanhã.

De acordo com o senador, a comissão vai debater temas estratégicos do sistema político brasileiro, vários deles tratados no texto constitucional. Dornelles observou que a reforma vem sendo amplamente debatida no Congresso, com grande número de proposições já em exame.

Com base em levantamento da Consultoria Legislativa do Senado, o senador citou 11 temas dos projetos em tramitação. Disse que conversou com outros membros da comissão

sobre a hipótese de se eleger esses tópicos como prioritários nas discussões, independentemente de outros que possam ser incluídos.

O primeiro tema da lista são os sistemas eleitorais, seguido de financiamento eleitoral e partidário. Ele citou ainda coligações partidárias, cláusula de desempenho, fidelidade partidária e voto facultativo, entre outros.

Dornelles lembrou que se encontra em atuação na Casa a Comissão de Reforma do Código Eleitoral, presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli, com o objetivo de atualizar, organizar e consolidar a legislação eleitoral, hoje distribuída no texto do Código Eleitoral e leis

esparsas. Nesse caso, observou, trata-se das normas que regem as eleições.

Distritão

Ao ser questionado em entrevista após a reunião se vai defender o "distritão", Dornelles disse que a proposta de voto majoritário, como possível substituto do voto proporcional, "tem de ser examinada e discutida pelo grupo".

Dornelles voltou a afirmar que, apesar de preferir o sistema distrital puro (no qual cada estado é dividido em vários distritos e cada distrito elege somente um representante), ele insiste em um passo intermediário, já que "a divisão por distritos é muito complexa e seria muito difícil

neste momento". De acordo com Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria (PEC 5407), cada estado seria transformado em um grande distrito, daí o apelido "distritão". Por esse modelo, o estado de São Paulo, que possui 70 representantes na Câmara, continuaria a ter o mesmo número, mas com a diferença de que seriam eleitos somente os mais votados.

Apesar das críticas ao sistema atual (proporcional de lista aberta), não há consenso entre os parlamentares sobre o modelo que poderia substituí-lo. A proposta do distritão, por exemplo, é criticada por integrantes do PT, que defendem o sistema proporcional de lista fechada, e até do PSDB, que apoiam o voto distrital misto.



Romero Jucá (E) cumprimenta Renan, enquanto Dornelles, presidente da comissão, conversa com Fernando Collor, também membro do colegiado



Viana sugere escolha de poucos temas

Viana quer incluir financiamento nos pontos principais

O senador Jorge Viana (PT-AC), um dos integrantes da comissão, afirmou que a definição de uma nova modalidade de financiamento de campanha deverá estar entre os principais pontos a serem tratados. Ele informou que irá propor à comissão o estabelecimento de seis ou sete temas prioritários.

— Se apresentarmos seis pontos nesses 45 dias, e nesses seis pontos apresentarmos dois caminhos para cada um deles e colocarmos para as duas Casas, já teremos feito nosso trabalho, nosso dever de casa — assinalou.

Pedro Taques pede debate da relação entre os Poderes

A reforma política deve tratar, além de questões diretamente associadas ao sistema político-eleitoral, das relações entre Legislativo e Executivo, inclusive de regras para a edição das medidas provisórias. É o que defende Pedro Taques (PDT-MT), membro da comissão instalada ontem.

O senador considera também importante debater sobre financiamento público de campanhas



Senador defende prazos diferenciados

Wellington: só parte das mudanças será imediata

O senador Wellington Dias (PT-PI), que integrará a Comissão de Reforma Política, recomenda que os itens mais polêmicos passem a vigorar nas eleições que ocorrerão daqui a cinco ou dez anos.

— Devemos definir uma data no futuro, 2016, 2018 ou 2020, para que os interesses imediatistas não possam jogar pressão sobre o trabalho da comissão — disse ele.

Já os temas de consenso, opinou, devem valer já nas eleições de 2012, como as regras para coligações e o aperfeiçoamento na Lei da Ficha Limpa.



Taques: regras para edição de MPs

— "porque quem financia o processo eleitoral com certeza vai querer algo em troca" — e se o voto será distrital puro ou distrital misto. Taques ainda defendeu o fim das coligações em eleições pelo sistema proporcional.

Crivella defende mais mulheres no Parlamento

Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu o aumento da participação feminina na política brasileira. De acordo com o senador, os dispositivos legais existentes para aumentar o número de mulheres no Parlamento não tiveram nenhuma efetividade.

— Temos hoje na Câmara dos Deputados 45 mulheres. Menos de 10%. Quantas mulheres temos no Senado? Valorosas, que representam todas as virtudes, não só da beleza, da graça, mas também das resistências morais de caráter da mulher brasileira.



Crivella propõe mudanças em chapas

Doze apenas. Menos de 15%. Crivella solicitou ainda ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), a designação de relator para projeto de sua autoria (PLS 263/10) que prevê um mínimo de um terço de participação feminina nas chapas para o Senado, compostas de um titular e dois suplentes.

Para Lúcia Vânia, voto facultativo é tema central

Integrante da comissão, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) declarou que vai defender o voto facultativo e o financiamento misto de campanhas. Para ela, estas também são formas de ampliar a inserção das mulheres na política.

Lúcia Vânia considera a reforma política "a grande aposta das mulheres para acabar com a falta de equidade existente no processo eleitoral".

— O voto facultativo geraria o voto de opinião e isso facilitaria a inserção de mulheres na política. O financiamento misto de campanha também já ajudaria bastante — disse, ao defender ainda o combate ao abuso de poder econômico nas disputas eleitorais.

Para a senadora, o grande debate na Comissão de Reforma Política deverá ser em torno do sistema de voto proporcional com lista aberta, adotado para eleição de deputados e vereadores.



Lúcia Vânia: chance para mulheres

Vanessa: chance de fortalecer a democracia

Ao ressaltar a importância da participação das mulheres e de representantes de pequenos partidos na comissão, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o mais importante nesse trabalho será o fortalecimento da democracia.

— Meu interesse maior na comissão é o fortalecimento da democracia e a melhora cada vez maior do processo político-eleitoral no país, sendo que, para isso, vou defender a participação popular e a representação das minorias partidárias. Espero que o prazo estipulado para a apresentação do anteprojeto [45 dias] seja suficiente para ouvirmos todas as ponderações da sociedade sobre o assunto — afirmou.

Vanessa disse que a necessidade da reforma política foi um tema discutido por ela durante os 12 anos em que atuou como deputada federal, devendo ser uma prioridade durante o seu mandato como senadora.



Vanessa: é preciso ouvir sociedade

Arruda propõe lista fechada e financiamento

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), o financiamento público de campanha e o sistema de lista fechada devem estar entre as prioridades da comissão. Ao defender o financiamento público, Inácio Arruda afirmou que "hoje os principais escândalos em torno dos partidos estão vinculados ao financiamento privado".

Ele lembrou que "muitas empresas não querem contribuir explicitamente para um partido ou outro, um candidato ou outro, e acabam fazendo por vias transversais".



Arruda: combate aos escândalos

Quanto à lista fechada (na qual o eleitor vota apenas no partido, que é quem define quais candidatos estão na lista propriamente dita e em que ordem), o senador pelo PCdoB disse que ela é necessária para fortalecer o sistema partidário do país, de forma a privilegiar as legendas que ressaltam seus programas e suas ideias.

Proposta foi apresentada pela senadora Gleisi Hoffmann para evitar decisões como a do Superior Tribunal de Justiça, que considerou o instituto da suspensão condicional aplicável a crimes regidos pela Lei Maria da Penha

Projeto impede suspensão condicional do processo em crime contra mulher

AO JULGAR PEDIDO de *habeas corpus*, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu ser aplicável a suspensão condicional de processo referente a crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher. Lamentando a decisão do STJ, que alterou entendimento anterior, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou que apresentou projeto (PLS 49/11) que altera a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95) para proibir explicitamente a aplicação da suspensão condicional dos processos aos crimes regidos pela Lei Maria da Penha.

Segundo a senadora, pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o



Gleisi diz que, em dez anos, houve pequena redução nas agressões contra mulheres

Sesc, apurou que a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Os dados foram coletados em 25 estados brasileiros em

agosto do ano passado. Foram ouvidas 2.365 mulheres e 1.181 homens com mais de 15 anos. Os pesquisadores concluíram que 7,2 milhões de mulheres

com mais de 15 anos já sofreram agressões: 1,3 milhão nos 12 meses que antecederam a pesquisa.

– E já foi pior: há dez anos eram oito mulheres agredidas nos mesmos minutos. A pequena diminuição do número de mulheres agredidas entre 2001 e 2010 pode ser atribuída, em parte, à Lei Maria da Penha. Entre os pesquisados pela Fundação Perseu Abramo, 85% conhecem a lei e 80% aprovam a nova legislação. Mesmo entre os 11% que a criticam, a principal ressalva é o fato de que a lei é insuficiente – afirmou.

A senadora Ana Rita (PT-ES) manifestou seu apoio à luta da senadora paranaense para fortalecer a Lei Maria da Penha.

Marta Suplicy condena abuso policial contra ex-escrivã em SP

Ao comentar as imagens, vazadas na internet, de uma ex-escrivã sendo submetida a revista íntima por policiais do sexo masculino em São Paulo, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) manifestou sua indignação com o fato. Filmado em 2009, o vídeo mostra delegados da Polícia Civil de São Paulo cometendo abusos contra a ex-escrivã.

– As imagens, para quem pôde ver, não deixaram dúvidas da truculência e do abuso da autoridade policial. A escrivã, acusada de receber propina, foi revistada por policiais homens que lhe tiraram as peças íntimas, alegando que precisavam



Imagens não deixaram dúvida da truculência, afirma Marta

confirmar a prova incontestável do delito – explicou.

Marta Suplicy disse que o Código de Processo Penal estabelece que “a busca em mulher será feita por outra mulher”, ou seja, a revista em mulheres deve ser realizada por policiais mulheres.

Afirmou que o vídeo mostra que havia uma autoridade policial feminina na sala no momento do abuso, ocorrido na 25ª DP, na zona sul da capital paulista.

– Foi um horror ver aquilo – afirmou a senadora, acrescentando que fatos desse tipo ocorrem diariamente em várias delegacias, cadeias e presídios Brasil afora.

Marinor repudia agressão do prefeito de Manaus a moradora

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) criticou a atitude do prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, que usou palavras grosseiras ao se dirigir a uma moradora da periferia da capital.

“Minha filha, então morra, morra, morra!”, teria

dito o prefeito à moradora de uma área de risco que se recusava a deixar o local. Marinor anunciou que irá entrar com representação junto à Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitando as providências cabíveis sobre o caso.

– Ainda predomina uma visão escravocrata entre uma parcela importante da sociedade



Para Marinor, prefeito mostra preconceito

brasileira que não quer lidar com o cotidiano de favelados de centros urbanos, com a realidade de milhões e milhões de cidadãos e cidadãs que são obrigados a morar em condições sub-humanas – criticou.

Marinor Brito fez referência à tragédia ocorrida no início deste ano na Região Serrana do Rio de Janeiro, que resultou na morte de mais de 800 pessoas pela falta de implantação de infraestrutura urbana adequada pelas autoridades locais e estaduais.

Os senadores petistas João Pedro (AM) e Eduardo Suplicy (SP) solidarizaram-se com o discurso de Marinor.

Congresso celebra Dia Internacional da Mulher em 1º de março

O Dia Internacional da Mulher será comemorado em sessão conjunta do Congresso no dia 1º de março, a partir das 10h, quando serão homenageadas também as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A ideia é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM),

em requerimento assinado por todas as 12 senadoras.

Celebrada oficialmente no dia 8 de março, a data marca uma série de eventos realizados em todo o mundo por melhores condições de vida e de trabalho para as mulheres.

– O objetivo é comemorar

combatendo, discutindo e propondo – explicou Vanessa Grazziotin.

Para ela, esse dia tem um significado especial, mas, como ressalta, não é o único dia do ano em que as mulheres querem reconhecimento e respeito.

– Queremos ser donas do

nosso destino, queremos o fim de toda a violência contra as mulheres, o fim da violência doméstica que vitima esposas, companheiras, noivas, namoradas. Queremos que a mulher ocupe cada vez mais espaços na sociedade e nas estruturas do poder – afirma.

Vanessa: Manaus já tem epidemia de dengue

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o Amazonas está em estado de alerta em relação à dengue. Ela comunicou que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve em Manaus no domingo para tratar, entre outros assuntos, da prevenção e do tratamento da doença.

Vanessa Grazziotin disse que todos os municípios amazonenses já têm casos de dengue registrados este ano e, em oito deles, foi decretada situação de emergência. Os municípios de Manaus e Tefé apresentam quadro de epidemia comprovada, acrescentou a senadora.

– Temos lá a manifestação dos vírus tipo 1, tipo 2, tipo 3 e, o que é mais grave, do tipo 4. O número de mortes comprovadas só na cidade de Manaus, neste período de janeiro e fevereiro, já passa de oito casos – disse.

Para Davim, combate exige esforço de todos

O senador Paulo Davim (PV-RN) alertou ontem que o quadro da dengue no país “é muito mais sério do que se imagina”. De acordo com dados do Ministério da Saúde, 40% dos casos estão na região Norte e 27%, na região Sudeste. Apenas no Rio Grande do Norte, os primeiros dois meses de 2011 apresentaram aumento de casos de 26,6% em relação ao mesmo período de 2010.

– É importante que a nação brasileira tome conhecimento desse grande desafio, que não é só tarefa do Ministério da Saúde, das autoridades sanitárias, é uma tarefa de todos – disse o senador.



Casos cresceram 26,6% no Rio Grande do Norte, alerta Davim

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Grazziotin • Wilson Santiago • Marta Suplicy • João Pedro • Cícero Lucena • Vital do Rêgo • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920



Senador afirma que recursos foram retidos em decorrência de erro do próprio banco

Vital do Rêgo faz apelo ao BB por não retenção de ICMS

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) pediu ontem que o Banco do Brasil reveja sua decisão de reter repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a diversos municípios da Paraíba. A medida, de acordo com o senador, teria sido adotada devido a um erro cometido pelo banco, que teria enviado recursos a mais às prefeituras.

– O Banco do Brasil, atendendo a pressão do governo do estado, sequestra, retira, mais de 30 milhões de reais dessas prefeituras sob pretexto de erro do banco, sem a administração ser consultada, sem as prefeituras oferecerem o contraditório – protestou o senador.

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) disse que o ICMS compõe 10% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), especialmente os do semiárido nordestino, sendo, portanto, uma renda complementar que não pode faltar à população dessas pequenas cidades pobres. Lindbergh Farias (PT-RJ), que também é paraibano, manifestou sua solidariedade e ofereceu-se para participar das negociações junto ao BB.

Cícero Lucena diz que governador da Paraíba ignora os policiais

Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou “o caos que se instalou na segurança pública da Paraíba”. Além dos já conhecidos roubos e sequestros-relâmpago, o estado agora presencia assaltos a agências bancárias com a utilização de dinamite. Foram 13 assaltos em menos de dois meses, informou.

O senador disse que, enquanto assiste à escalada da violência, o governo do estado “virou as costas para os policiais, que clamam por melhores salários”. De acordo com Cícero Lucena, desde o início do atual governo, os policiais estão acampados em frente ao Palácio da Redenção em busca de uma audiência com o governador Ricardo Coutinho (PSB).

Segundo Cícero Lucena, o governador “derrubou a lei” que reajustava os salários dos agentes de segurança pública – policiais civis, policiais e bombeiros militares e aposentados e pensionistas – sem apresentar alternativa. O reajuste, escalonado em 18 meses, equiparava a remuneração do estado com a paga em Sergipe.



Policiais estão acampados diante do palácio de governo à espera de diálogo, diz senador

Substitutivo abre brechas para o fracionamento de propriedades na Amazônia e para legalização de áreas urbanas consolidadas, diz senador

Randolfe: proposta de novo Código Florestal é retrocesso na legislação

AS ALTERAÇÕES NA legislação ambiental propostas ao projeto de reforma do Código Florestal Brasileiro representam, segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), “uma tentativa perigosa que pode reverter mais de cinco décadas de legislação ambiental no Brasil”.

Para o senador, o substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao PLC 1.876/99 “é um verdadeiro retrocesso na proteção ao meio ambiente”. O texto de Rebelo foi aprovado no final do ano passado por uma comissão especial da Câmara e aguarda votação no Plenário daquela Casa.

– O substitutivo não conta com justificativas minimamente convincentes que demonstrem a necessidade de alteração do Código Florestal vigente e parte de uma premissa equivocada para defender mudanças na legislação ambiental brasileira – disse.

Reserva legal

Entre os problemas apontados por Randolfe no texto de Rebelo, está a desobrigação de manutenção de reserva legal florestal para propriedades rurais de até quatro módulos fiscais. Essa concessão, segundo o senador, poderá abrir brechas para que fazendeiros com mais de 400 hectares na Amazônia fracionem suas propriedades e burlam a lei, deixando



Na opinião de Randolfe, o texto em análise na Câmara parte de uma premissa equivocada

de constituir reserva legal. Também permitirá, segundo Randolfe, a legalização de áreas urbanas consolidadas, muitas delas consideradas de risco, colocando em perigo os moradores dessas áreas.

Em aparte, o senador Jorge Viana (PT-AC) manifestou seu apoio ao pronunciamento. Na visão dele, a proposta de Aldo Rebelo em muitos aspectos pode ser considerada um retrocesso.



Mozarildo adverte que, sem a hidrelétrica, será necessário investir em energia suja

Mozarildo defende construção da usina de Belo Monte

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que “desenvolvimento não é antípoda de preservação da Amazônia, sendo perfeitamente possível conciliar os dois projetos”, e defendeu a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Afirmou que o impacto de não construí-la seria muito maior do que fazer a obra e que, no longo prazo, a preservação ambiental é impensável sem que haja também desenvolvimento econômico e social.

– Países desenvolvidos economicamente são aqueles que melhor gerem o meio ambiente. Países pobres, por outro lado, são aqueles com maiores passivos ambientais. Só aqueles que fizeram a opção pelo desenvolvimento foram capazes de apresentar alternativas que fossem capazes de preservar a natureza no longo prazo – afirmou.

Mozarildo salientou que, sem a construção da hidrelétrica, será necessário investir em energia suja, como a de termelétricas, além de impedir o acesso ao fornecimento de energia barata.



Senador explica que a falta de água prejudica ainda mais a agropecuária do estado, já precária

Wilson Santiago pede carros-pipa do Exército para abastecer a Paraíba

A permanência da chamada “seca verde” no Nordeste, particularmente na Paraíba, levou o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) a pedir ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, para que o Exército retome a distribuição de água em carros-pipa aos municípios do estado.

– Peço ao secretário da Defesa Civil [do estado] que não penalize mais a Paraíba com decisões bruscas que a cada dia causam temor; ao ministro da Integração Nacional, que determine ao Exército brasileiro a retomada da distribuição de água – solicitou.

Wilson Santiago elogiou ainda os esforços dos governos Lula e Dilma Rousseff para iniciar e dar continuidade ao projeto de transposição das águas do São Francisco, que beneficiará a Paraíba e as cidades-polo de outros estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará.

A falta de água prejudica ainda mais a situação já precária da atividade pecuária existente na região, afirmou o senador.

Petecão pede que CCJ aprove volta do fuso horário do Acre

Sérgio Petecão (PMN-AC) pediu ontem que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprove seu relatório com voto favorável à volta do antigo fuso horário do estado do Acre.

A matéria da qual Petecão é relator é a Consulta 1/11, do presidente do Senado, a respeito das providências que devem ser adotadas quanto ao ofício do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que comunica a manifestação dos eleitores do Acre, em referendo, contrária à alteração do fuso horário do estado realizada em 2008.

A Lei 11.662/08 – resultante de projeto do então senador e hoje governador do Acre, Tião Viana – determinou a alteração no fuso horário do Acre e de parte do Amazonas. O texto mudava o fuso de duas horas a menos com relação a Brasília para uma hora a menos.



Sérgio Petecão

Inácio Arruda quer ouvir ministra sobre cortes no Orçamento

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a convocação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para revisar os cortes e os contingenciamentos anunciados para os estados da região Nordeste. Para o senador, a convocação é necessária, devido ao anúncio, feito pela presidente Dilma Rousseff em reunião com os governadores da região, que não haverá cortes nem vetos no orçamento para esses estados.

Inácio Arruda disse também que o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrieli, convidou os empresários do Ceará e da região a serem fornecedores da companhia. Ele chamou a atenção para a necessidade de aumentar a pesquisa e a produção científica na região.

– Isso exige fornecedores novos, mas exige também formação do povo, formação dos trabalhadores, qualificação não só técnica, mas cultural também – afirmou o parlamentar.

Wellington elogia Dilma por defender a região Nordeste

Wellington Dias (PT-PI) demonstrou ontem otimismo com os resultados do 12º Fórum dos Governadores do Nordeste, em Aracaju, na segunda-feira. Ele informou que, na reunião, a presidente Dilma Rousseff prometeu que, em seu mandato, o governo federal trabalhará para que o Nordeste tenha um crescimento econômico maior que a média nacional.

– Para que possamos chegar ao final desta década com o Nordeste num nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil – explicou.

A presidente também se comprometeu, de acordo com o senador, a manter os investimentos federais programados para a região por meio de projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento; o Minha Casa, Minha Vida; recursos para a Copa do Mundo de 2014, além de outras obras de infraestrutura.

O tributo teve sua prorrogação rejeitada pelo Senado em dezembro de 2007, mas ministro declara que há consenso sobre a necessidade de mais recursos para o setor

Ministro da Saúde nega intenção de recriar CPMF

O MINISTRO DA Saúde, Alexandre Padilha, negou ontem que o governo esteja discutindo a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), tributo cuja prorrogação foi rejeitada pelo Senado em dezembro de 2007. Desde então, o governo deixou de arrecadar pelo menos R\$ 40 milhões anualmente.

– Não tem nenhuma discussão sobre isso no governo hoje, o que tem são medidas claras de aprimoramento da gestão na área da saúde – afirmou o ministro.

Alexandre Padilha esteve em audiência com o presidente do Senado, José Sarney, e também visitou o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia. Os encontros foram destinados a debater a aprovação de projetos que podem melhorar a gestão da saúde no Brasil e que resolvam os principais problemas da área, disse o ministro.

Para Padilha, é importante que o Parlamento aprove, entre outras, proposta que cria a Lei de Responsabilidade Sanitária, para que gestores federais e estaduais sejam responsabilizados caso não cumpram as metas de universalização da saúde. Esse projeto está sendo defendido pelo líder do PT, senador Humberto Costa (PE). Padilha também elogiou propostas que ampliam a formação e a fixação de profissionais de saúde em



Alexandre Padilha entregou senhas aos senadores para acesso a novo método

regiões deles carentes.

O ministro frisou que o governo está promovendo um "aprimoramento na gestão da área", renegociando preços, acompanhando contratos e fiscalizando, para que, caso mais recursos sejam direcionados à saúde – pela arrecadação de impostos ou pela destinação orçamentária, disse –, eles sejam mais bem aproveitados.

– Se mais recursos vierem, porque há um certo consenso de que se precisa de mais recursos, eles terão que ser bem aplicados e direcionados para os principais gargalos da área da saúde, por isso nosso esforço é melhorar a gestão – afirmou.

Pouco antes do início da reunião, o presidente José Sarney afirmou que o setor precisa de financiamento.

– Nós tiramos uma quantia muito grande da saúde e acredito que é possível a gente encontrar um mecanismo de repor esses recursos – avaliou.

Módulo parlamentar

O ministro da Saúde também entregou as senhas destinadas aos parlamentares para o acesso ao chamado módulo parlamentar, uma nova metodologia que pretende otimizar os recursos oriundos de emendas parlamentares.

– Esse é mais um esforço de aprimoramento de gestão, de otimização dos recursos da área de saúde, buscando mais eficiência e transparência, para que a população possa acompanhar cada vez melhor a aplicação desses recursos – disse Alexandre Padilha.

Waldemir Moka elogia medida sobre Embrapa

Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu a aprovação da medida provisória que permite a operação e atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no exterior. A MP 504/10, já aprovada na Câmara, contribuirá para a ampliação da cooperação tecnológica entre a Embrapa e organizações similares, argumentou o senador.

Moka disse que, por meio de convênios, a Embrapa já atua no exterior, e a criação de laboratórios virtuais (Labex) na Europa e na Coreia do Sul intensificou intercâmbios de pesquisadores e programas de treinamento. João Pedro (PT-AM) e Jayme Campos (DEM-MT), em apertes, apoiaram o discurso.



Para senador, meta principal é reduzir a carga tributária dos brasileiros

Maldaner define metas de uma reforma tributária

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que a reforma tributária deverá ser feita em três pilares essenciais. De acordo com ele, é preciso reduzir a carga, simplificar a arrecadação e distribuir melhor as receitas de impostos.

Dos três, a redução da carga de imposto deverá ser a meta principal.

– Se reduzir, vamos incentivar a economia e a formalização de novos negócios. Vamos dar competitividade internacional às nossas empresas. Enfim, vamos promover um círculo virtuoso de crescimento – afirmou.

Maldaner lamentou que a arrecadação seja "confusa" até mesmo para os contadores e profissionais que lidam com o recolhimento de tributos. Para ele, há "uma miríade de impostos, a maioria deles desconhecida inclusive da população".

Walter Pinheiro discute prioridade da telefonia móvel

Na edição 2011 do Congresso Mundial de Tecnologia Móvel, em Barcelona, na Espanha, um dos pontos debatidos foi a viabilização de operações bancárias por meio da telefonia móvel, informou o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Ele acrescentou que essa tecnologia também possibilitará o uso do celular para a compra de produtos, o que facilitará a vida do usuário e impulsionará a economia.

– Não se trata de um congresso onde simplesmente tratamos das coisas a partir do que é belo aos olhos ou da chegada de novas ferramentas que viabilizam, para aqueles que podem, a bela imagem ou o toque sutil na tela do celular ou o uso de um tablet. Discutimos temas como incluir milhões de cidadãos pelo mundo afóra a partir daquilo que a tecnologia disponibiliza hoje – afirmou o senador.



Walter Pinheiro participou de evento internacional em Barcelona



João Pedro propõe sessão pelos 20 anos do Mercosul

Para marcar os 20 anos do Mercosul, o senador João Pedro (PT-AM) propôs a realização de uma sessão especial com a presença dos embaixadores dos países participantes do bloco econômico. Ele argumentou que a reunião será importante para que seja feita uma reflexão sobre a experiência de integração.

Apesar de elogiar a importância do bloco, o senador destacou a necessidade de o Brasil estabelecer também uma relação profunda com os países do norte da América do Sul. João Pedro lamentou que historicamente a integração com o norte tenha sido mais complicada. Ele citou a polêmica criada em 2010 sobre o ingresso ou não da Venezuela no Mercosul.

– Vinte anos é um tempo curto, do ponto de vista histórico, mas o Senado deve comemorar e refletir sobre o Mercosul. Espero que possamos construir um debate com as forças políticas e a sociedade civil sobre a importância de continuar buscando o fortalecimento do bloco. Não podemos abrir mão dessa estratégia de unirmos nossos povos, de disputarmos com hegemonias mundiais unidas – afirmou João Pedro.



João Pedro quer aproveitar sessão para avaliar resultados da integração

Organização afasta jovens da violência e do tráfico, diz Suplicy

Suplicy visita centro cultural do Afroreggae

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou visita no dia 19 ao Centro Cultural Waly Salomão, do Afroreggae, localizado em Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Criado em 1993, o grupo cultural é uma ONG que oferece atividades socioculturais a jovens moradores de favelas. O objetivo é reforçar a autoestima dessas pessoas como forma de afastá-las dos caminhos da violência, do narcotráfico e do subemprego, disse o parlamentar.

Suplicy lembrou que o centro cultural do Afroreggae levou sete anos para ser construído. O empreendimento conta hoje com o apoio do governo do Rio de Janeiro e de empresas como Natura, Petróbras, Nestlé e Instituto Unibanco.

A sede do centro cultural tem quatro andares e oferece gratuitamente diversos tipos de atividades artísticas, com palco, arquibancada, praça e depósito de instrumentos musicais. Também oferece aulas de computação e formação de DJs, além de estúdios, espaços destinados à convivência e para a realização de aulas de dança, entre outros.

Paim elogia novo ministério para as micros

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou em Plenário a presidente Dilma Rousseff pelo anúncio da criação, nos próximos meses, de um ministério dedicado às micro e pequenas empresas (MPEs). Paim lembrou que as MPEs representam aproximadamente 99% das empresas brasileiras, contribuindo com cerca de 30% do produto interno bruto (PIB) nacional.

Ele destacou também o fato de o setor ser o maior empregador do Brasil, tendo grande potencial para a criação de novas riquezas.

– Já era tempo de o governo federal fomentar políticas públicas focadas nas MPEs, tal o dinamismo e relevância econômica do segmento – disse.

Paim pediu a aprovação de seu projeto de lei (PLS 376/08) que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas (FFMPME), que alavancaria recursos para políticas de desenvolvimento estratégico para as MPEs.

Parlasul espera por definição do Congresso

Por falta de renovação da Representação Brasileira, a reabertura dos trabalhos do Parlamento do Mercosul (Parlasul) terá de ser adiada. O paraguaio Ignacio Mendoza Unzaín, atual presidente do Parlamento, enviou na semana passada um ofício convocando todos os integrantes do Parlasul para uma sessão a ser realizada na segunda-feira, em Montevidéu, Uruguai.

Mas a sessão deverá ser suspensa, uma vez que os mandatos dos integrantes da Representação Brasileira terminaram em 31 de dezembro de 2010, segundo a Resolução 1/07, do Congresso Nacional.

De acordo com o regimento do Parlasul, as sessões e reuniões das comissões só poderão se iniciar com a presença de um terço de seus membros, "no qual estejam representados todos os Estados partes". Ou seja, as sessões só poderão ser abertas com a presença de parlamentares dos quatro países do bloco.



Moka defende aprovação de MP que permite atuação no exterior